

Barbárie, até quando?

Palestinos e israelenses sonham com o fim do processo sangrento de guerras e sofrimento que domina a região nos últimos sessenta anos. Ainda é vista como solução para o conflito, além de negociações entre os envolvidos, a criação de “dois Estados”, laicos e democráticos **Max Altman**

Se uma pesquisa de opinião for feita nas ruas de Tel Aviv ou Haifa sobre o que as pessoas pensam quanto às possibilidades de uma paz duradoura e justa com os vizinhos árabes, a esmagadora maioria responderá que almeja a paz. Muitas dirão que estão dispostas a devolver os territórios ocupados desde 1967, que os palestinos devem ter seu próprio Estado, que Jerusalém seria a capital dos dois países. Mas vão acrescentar que as chances de paz não existem, que jamais haverá paz, que os árabes cultivam o ódio e não querem paz, que esse dia nunca chegará.

Se pesquisa semelhante for feita em Gaza ou Nablus, as respostas serão as mesmas. “O que mais desejamos é a paz, já sofremos bastante, seria uma bênção dos céus. Os israelenses nos odeiam e os líderes não se entendem. Não há nenhuma chance de haver paz.”

Esse comportamento se traduziu em resposta política. Nas eleições

palestinas ganhou o Hamas, não devido a sua ideologia – não reconhecer a existência de Israel –, e sim porque reflete a desesperança de paz com o poderoso vizinho. No pleito israelense houve um deslocamento à direita. Parte dos trabalhistas votou no Kadima, uma porção do Kadima votou no direitista Likud e uma fatia do Likud votou na extrema-direita fascista, representada pelo Israel Beiteinu.

A composição demográfica de Israel sofreu nas últimas décadas profunda transformação. As primeiras levas de imigrantes depois da Segunda Guerra Mundial, fruto de uma intensa campanha de *aliá* – o retorno dos judeus da diáspora à Terra de Israel –, eram de judeus da Europa Oriental e Central, mas também dos EUA, da Argentina e de outros países. As principais lideranças tinham se formado num ambiente de lutas sociais do socialismo e da socialdemocracia na Europa do final do século 19 e nas primeiras décadas do século 20

e carregaram parte de seus ideais na formação do novo Estado. Israel era então conhecido, e até reverenciado, pelos seus *kibutzim* – fazendas coletivas – e por seu influente Histadrut, a central de trabalhadores. Hoje a *aliá* é inexistente, os *kibutzim* foram descaracterizados e perderam peso econômico e social, o Histadrut viu esvaír sua influência e não passa de um instrumento a serviço do governo. Grossas correntes migratórias mais recentes, provenientes da extinta União Soviética e em menor número dos países árabes, passaram a constituir, sob a liderança de figuras da direita extremada, a base social desses partidos. Somado a isso, a influência político-social crescente dos setores religiosos ultraortodoxos explica a forte inclinação à direita do eleitorado israelense. O pensamento dominante entre a população israelense poderia assim ser sintetizado: “Pouco importa o que os não-judeus pensam de nós. Afinal, quando sofríamos sob a sanha do nazismo, o mundo não se importou. Na verdade o mundo sempre foi antissemita. Lutamos pela nossa existência e nossos soldados vão fazer o que for necessário.”

Num cenário em que a esperança se esvai, não há esquerda possível. A esquerda é por sua essência otimista, acredita em transformar o mundo, crê



num futuro melhor e na possibilidade de tudo ser mudado, sempre para melhor. O pessimismo é inerente à direita. Esta não acredita que a natureza da sociedade e do homem possa ser transformada e crê que a guerra não passa de uma lei da natureza.

Guerra e paz, é disso que se trata. A saída para essa questão vital passa pelo reexame histórico do sionismo. A direita, ao longo dos anos, conseguiu fazer do sionismo monopólio seu. E quando o sionismo, que para muitos judeus de esquerda era um movimento de libertação nacional, passou a ser definido pela direita, ser de esquerda e sionista tornou-se um paradoxo. O sionismo é um movimento nacionalista que propugna a existência de um Estado judaico e o direito do povo judeu à autodeterminação. Definida a “Terra Prometida” como seu território, tornou-se logo evidente que para o estabelecimento de um Estado os sionistas teriam de proceder a uma profunda transformação, pacífica

ou violenta, se necessário, tendente a mudar o equilíbrio demográfico e étnico da região. O projeto de um Estado judaico deveria alicerçar-se em bases culturais e religiosas específicas, definidas pelo modo de vida, valores e visão dos que viriam a habitá-lo, uma cultura totalmente estranha aos povos que secularmente lá viviam e mesmo à pequena comunidade judaica local.

Em 1947, as Nações Unidas, diante dos horrores do holocausto, mas sensível à presença intemporal de comunidades árabes na região, decidiram pela Partilha, o embrião da tese de “dois Estados”. No ano seguinte, é proclamada a independência de Israel e se constitui o Estado judaico, que quase todos pretendiam democrático e laico. Houve reação dos países árabes vizinhos, o que deu início a uma espiral diabólica e sangrenta de guerras, ações terroristas, terrorismo de Estado, assassinatos, conflitos internos, vingança e ódio, que perpassa a

história dos últimos sessenta anos na região. No começo da década de 1950, Israel e EUA conformam uma aliança estratégica que garantia a Washington sua presença na região e a Tel Aviv a construção de poderosas forças armadas, fato que desequilibrou, a seu favor, a correlação do poderio bélico. No entanto, houve breves interregnos a demonstrar que a guerra não é inevitável. Menciono o momento em que Yitzhak Rabin estendeu a mão a Yasser Arafat no jardim da Casa Branca, em setembro de 1993, na cerimônia de assinatura do Acordo de Oslo, após meses de reuniões secretas na Noruega entre israelenses e palestinos, e o simbolismo de cenas mostradas pela televisão em Jerusalém. Um grupo de jovens palestinos, delirantes de alegria, marchava pelas ruas, com ramos de oliveira nas mãos e uma enorme bandeira palestina que flutuava sobre as cabeças. Postado numa esquina havia um batalhão da agressiva Polícia de Fronteira. Os telespectadores prenderam a respiração sem saber o que poderia ocorrer. Os palestinos avançaram na direção dos policiais e meteram-lhes nas mãos ramos de oliveira. Os policiais, atônitos, não reagiram. E os jovens, entusiasmados, prosseguiram sua marcha pelas ruas de Jerusalém Leste, cantando e festejando. Um ano mais tarde, Rabin foi assassinado e seu sucessor, Benjamin Netanyahu, iniciou a derrocada do processo selado em Washington.

Uma questão crucial: é compatível um Estado judaico, sionista, com um Estado democrático, pacífico, plurinacional e pluriétnico? É lícito acreditar que sob a égide do Estado sionista os cidadãos árabes israelenses possam ter os mesmos direitos culturais, sociais e nacionais que os judeus? É possível não ser sionista vivendo em

Israel dentro dos valores e conceitos definidos pelo sionismo real? É válido ao cidadão israelense acreditar que os judeus têm mesmo direito a um Estado e, ao mesmo tempo, ser contra o sionismo que gera a ocupação e negar-se a legitimizar a guerra? Pode-se ser sionista e ao mesmo tempo reconhecer o direito dos refugiados de voltar a seu lugar de origem?

Que a direita responda negativamente a todas essas questões, é da sua natureza. E o que diz e faz a chamada esquerda sionista, aquela que encheu as ruas de Tel Aviv contra o massacre de Sabra e Chatila? Muitos anos se passaram sem oposição aos caminhos aos quais a direita conduzia o país, e esse silêncio se traduziu nas urnas deste fevereiro. A esquerda sionista cedeu, acovardada e inerte, ao sionismo real. Não foi capaz de reagir à guerra do Líbano, de Gaza; crianças mortas, bombas de fragmentação e de fósforo não a sensibilizaram; as atrocidades da ocupação não foram suficientes para arrastá-la às praças.

Para retomar algum protagonismo, a esquerda sionista precisa debater o sionismo hoje. Uma doutrina superada, nascida em outra realidade, que hoje serve para demarcar os campos do que é proibido e do que é permitido, tendo como árbitros forças reacionárias. Esse sionismo significa estabelecer colônias e assentamentos em territórios alheios ocupados? É sinal verde para violências e injustiças de toda sorte? É o sionismo do trabalhista Ehud Barak, que quando primeiro-ministro afirmou não haver parceiros para a paz e a única solução era a guerra, a violência, o assassinato coletivo, a colonização? Ou o sionismo de Avigdor Liberman, que sem fidelidade ao sionismo não pode haver cidadania, tendo como consequência

a exclusão e expulsão dos cidadãos israelenses árabes do país? Essa esquerda tem de explicar por que expandir assentamentos é legítimo e sionista e lutar contra isso é ilegítimo e antissionista. Se não revir o sionismo real, se deixar, sem opor resistência, a direita assumir o comando total, impor sua ideologia e controlar a vida israelense, estará abrindo as portas para uma provável destruição do Estado. Israel está situado no Oriente Médio, cercado de países árabes, e lá vai ficar. E o país não pode se transformar numa fortaleza bélica para o resto dos tempos. Ou isso, ou essa esquerda que se curvou sem glória às teses da direita estará fadada à extinção gradual e sem honra.

Lideranças árabes progressistas – e elas existem – devem levar a Al Fatah que governa a Cisjordânia, o Hamas que governa Gaza e o Hezbollah que comanda importante área do Líbano a examinar a conjuntura com realismo e dignidade, abraçar as soluções políticas negociadas e abandonar as táticas terroristas, convencê-los de que a derrota do inimigo pela força é inviável e só levará mais sofrimento a seus povos e impedir que velhas doutrinas sigam prevalecendo. Tudo isso é necessário para o almejado Estado palestino, viável, laico e democrático.

A ideia mais que sexagenária dos “dois Estados” ainda é a única solução para o conflito entre Israel e os palestinos. A alternativa é a guerra, a continuação da ocupação, a extensão dos assentamentos, mais opressão, mais humilhação. Entretanto, os inimigos da solução de “dois Estados” marcam suas posições. Khaled Meshaal, líder do Hamas, e Hassan Nassrallah, chefe do Hezbollah, insistem em não reconhecer a existência do Estado de Israel, ou seja, pretendem fazer desa-

parecer um dos “dois”. De outra parte, há os que fingem apoiá-la. Avigdor Liberman, chefe do Israel Beiteinu, é favorável aos “dois Estados”. Passou a campanha reiterando a tese de diversos enclaves palestinos, todos eles cercados de colonos e soldados israelenses. Essas ilhas serão denominadas “Estados palestinos”. Israel se verá livre e limpo dos cidadãos não leais, ou seja, os israelenses árabes, e prosseguirá mandando na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. “Bibi” Netanyahu pensa o mesmo, porém se vale de outros termos. Os palestinos governarão suas vilas e cidades, mas não o território da Cisjordânia nem o de Gaza. E, lógico, não terão forças armadas, não controlarão fronteiras nem o espaço aéreo. Mas haverá o que ele chama de “paz econômica”. Tzipi Livni, líder do Kadima, diz que sempre propugnou por “dois Estados”. Contudo, antes deverá haver negociações. Intermináveis, sempre postergadas.

Então, jamais se poderá chegar a uma solução justa e duradoura? Sim, se os EUA, premidos pela sua colossal crise e pouco dispostos a novos focos de conflagração, adotarem uma posição firme de equidistância; se Arábia Saudita, Egito e Jordânia deixarem de ser a quinta roda dos interesses geoestratégicos dos norte-americanos na região; se Irã e Síria, mais Hamas, Hezbollah e Al Fatah, abandonarem visões fundamentalistas e também se sentarem, comprometidos, à mesa; se a União Europeia deixar de, cinicamente, querer tirar suas casquinhas. Se tudo isso ocorrer, a pressão sobre Israel será irresistível e o fará negociar seriamente.

A alternativa é a barbárie sem fim. ✪

Max Altman é membro do Coletivo da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores